

# RESUMO DE LEI / MARCO LEGAL

## 1 Título da Lei / Marco Legal:

Lei de Propriedade Industrial (LPI) - Principal marco legal da propriedade industrial brasileira

## 2 Número e Ano:

Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996

## 3 Objetivo Principal:

Regular direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, protegendo as criações de aplicação comercial para incentivar a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico do país, assegurando aos criadores o direito de propriedade sobre suas invenções.

## 4 Principais Pontos / Artigos Relevantes:

**Ponto 1: Proteção por Patentes** - Concede patentes para invenções (20 anos) e modelos de utilidade (15 anos) que atendam aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º ao 44)

**Ponto 2: Proteção de Marcas** - Garante o registro e uso exclusivo de sinais distintivos para produtos e serviços em todo território nacional (Art. 122 ao 207)

**Ponto 3: Proteção de Desenho Industrial** - Assegura o direito sobre o aspecto ornamental de objetos, protegendo seu design estético (Art. 95 ao 121)

**Ponto 4: Repressão a Práticas Ilícitas** - Combate falsas indicações geográficas, concorrência desleal e prevê crimes contra a propriedade industrial com penas de reclusão e multa (Art. 207 ao 227)

## 5 Aplicações Práticas / Exemplos:

- **Setor de Tecnologia:** Registro de marcas de aplicativos e softwares para proteger a identidade do negócio
- **Indústria Farmacêutica:** Proteção de novos medicamentos através de patentes, impedindo cópias não autorizadas
- **Comércio:** Registro de marcas de estabelecimentos comerciais para diferenciação no mercado

## 6 Impacto ou Importância da Lei:

- **Econômico:** Setores intensivos em DPI geraram 50,2% do valor adicionado total na economia brasileira (2020-2022)
- **Inovação Tecnológica:** Estimula investimentos em pesquisa e desenvolvimento ao garantir retorno sobre o investimento em inovação
- **Desenvolvimento Nacional:** Fortalece a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional
- **Segurança Jurídica:** Oferece ambiente previsível para investimentos em criação e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias
- **Combate à Pirataria:** Instrumento legal para combater falsificações e concorrência desleal

## 7 Referências / Fontes Consultadas:

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 maio 1996.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 fev. 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. Estudo sobre o impacto econômico dos direitos de propriedade intelectual no Brasil. Brasília: MDIC, 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. Propriedade Intelectual: conceitos e aplicações. Brasília: TJDF, 2022.

## 8 Estudante responsável:

Diego Michel Prestes

6º semestre - Análise e Desenvolvimento de Sistemas